

O racismo brasileiro na obra de Lélia Gonzalez¹

Patrícia Maeda

Lélia Gonzalez, filósofa, antropóloga, professora universitária e ativista dos movimentos negro e feminista, teve papel importante na academia brasileira e talvez tenha sido a militante negra que mais participou de seminários e congressos fora do Brasil até a metade dos anos 1980², o que lhe permitiu conhecer a diáspora africana na perspectiva de vários países, resultando na enunciação da categoria político-cultural da *amefricanidade*. Lélia percebeu não só as experiências comuns dos negros nas Américas – uma história de sofrimento, humilhação, exploração, etnocídio –, mas também que os povos diaspóricos formavam identidades culturais e étnicas com raízes africanas, porém, historicamente transformadas com a própria diáspora africana e a colonização, revelando “a heroica resistência e a criatividade na luta contra a escravização, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação”³. O elemento latino estaria contido, sobretudo, na longa e violenta dominação dos colonizadores, que ainda tenta encobrir a influência dos elementos ameríndios e amefricanos, embora a amefricanidade esteja presente na cultura brasileira expressada cotidianamente nas falas, nos gestos, nas maneiras de ser, na culinária, na música, na tecnologia, manifestações estas que podem se dar sem a consciência das pessoas. Além disso, com a amefricanidade, Lélia se contrapunha também ao imperialismo estadunidense que se apropria da América como significante e em menor grau ao termo *afro-american* que dá a impressão de que a questão da população negra diz respeito apenas aos estadunidenses e não a todos americanos.

Para Lélia, o racismo como tática de exploração/opressão assume duas faces nas Américas. O *racismo por segregação* é o praticado em sociedades de colonização anglo-saxônica, germânica ou holandesa e estabelece que negra é a pessoa que tenha tido antepassados negros, ou seja, que tenha sangue negro nas veias. Nesta articulação ideológica, a miscigenação é impensável, pois a superioridade branca é assegurada com

¹ Em continuidade à conversa iniciada no texto sobre “A atualidade e a urgência de estudar a produção intelectual de Lélia Gonzalez em 2020”, gostaria de trazer alguns aportes dela para pensarmos o racismo brasileiro, sem a pretensão de esgotar o assunto.

² BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez (1935 – 1994). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lembrando-lelia-gonzalez-por-luiza-bairos/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

³ GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade (1988). In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** Diáspora Africana: Ed. Filhos da África, 2018. p. 331.

a pureza do sangue, donde a solução é a segregação dos grupos não-brancos, como o sistema do *apartheid* (“iguais, mas separados”), que, ainda que legalmente superado, teve o efeito de reforçar a identidade racial dos discriminados.

Na América Ladina⁴, com a maior parte da população ameríndia e amefricana, desenvolveu-se o *racismo por denegação*, em que prevalecem as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da democracia racial. A formação histórica da Espanha e de Portugal, que se deu com a Reconquista da Península Ibérica contra os invasores mouros (predominantemente negros) e árabes, proporcionou aos colonizadores uma “sólida experiência quanto aos processos mais eficazes de articulação das relações raciais”⁵. A sociedade ibérica era rigidamente hierarquizada com violento controle social e político dos grupos étnicos diferentes e dominados. Esta ideologia de classificação social (com critérios racial e sexual) dispensava formas abertas de segregação, pois a hierarquia já garantia a dominação pelos brancos, de forma que “no Brasil não existe racismo porque o negro conhece o seu lugar”, como expressava o humorista Millôr Fernandes, citado por Lélia Gonzalez⁶. O racismo por denegação é sofisticado, alicerçado na ideologia do branqueamento: o mito da superioridade branca impõe o desejo de embranquecer, “limpar o sangue”, negando a raça e a cultura.

No artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, Lélia Gonzalez se valeu de noções da psicanálise como ferramentas para compreender o racismo à brasileira. Assim, nos seus termos, o racismo seria uma construção ideológica com benefícios sociais e econômicos para brancos de todas as classes sociais (privilégio racial), ao mesmo tempo em que é um “sintoma da neurose da cultura brasileira”, que se pensa uma sociedade branca, mas cuja cultura revela a herança afro, que é constantemente escondida.

Com estes elementos, Lélia refutou o mito da democracia racial no Brasil, um mito de dominação que impede a consciência objetiva do racismo e o conhecimento direto de suas práticas concretas. O mito da democracia racial se baseia na crença

⁴ A expressão América Ladina contesta a ideia de que a América Latina tenha uma formação histórico-cultural exclusivamente branca e europeia, mas também (ou até preponderantemente) com a participação africana. O primeiro registro do uso desta expressão foi na obra de MD Magno.

⁵ GONZALEZ, Lélia. Op. cit. (1988), p. 325.

⁶ Ibidem. p. 326.

historicamente construída sobre a miscigenação, mas Lélia advertia que “Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é “mulher fácil”, de que é “boa de cama” etc.”⁷

Além disso, o mito da democracia racial exerce uma violência simbólica específica sobre a mulher negra – que não sofre apenas opressão do racismo, mas também do sexismo –, pois objetifica-a nos estereótipos de mulata, mãe preta e empregada doméstica, derivados da figura da mucama. A palavra mucama tem origem na língua quimbunda e originariamente significa ‘amásia escrava’⁸. Adotada no idioma português, tem seu significado neutralizado como ‘escrava negra moça e de estimação’, ocultando a originária exploração sexual das mulheres negras. Na definição atualizada, a mucama é aquela destinada a trabalhar no ambiente doméstico, cuidando da casa (a empregada doméstica) ou dedicando-se por amor – e não por exploração –, aos cuidados da família branca (a mãe preta), delimitando e naturalizando espaços a serem ocupados por mulheres negras. Estes lugares subalternizados são substituídos no carnaval, momento de exaltação do mito da democracia racial, pela “mulata do tipo exportação”, que ganha destaque com a projeção de seu corpo na mídia, permanecendo, portanto, objetificada.

No texto “Por um feminismo afrolatinoamericano”, Lélia Gonzalez reconheceu a importância do feminismo como teoria e prática, sobretudo por expor as bases materiais e simbólicas da dominação das mulheres dentro do capitalismo patriarcal, e por trazer para o debate público temas até então considerados exclusivos da esfera privada, como a sexualidade, a violência, os direitos reprodutivos, dentre outros, os quais possibilitaram o encaminhamento das lutas como movimento, demonstrando a natureza pública do mundo privado. Ressaltou ainda que ao propor a discussão sobre a sexualidade, o feminismo estimulou a conquista de espaço por aqueles que eram discriminados por sua orientação sexual. No entanto, Lélia observa que a questão racial foi esquecida por esse modelo de feminismo, fato que ela atribui ao racismo por omissão:

⁷ GONZALEZ, Lélia. Democracia racial? Nada disso! (1981). In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018, p. 110.

⁸ GONZALEZ, Lélia. Op. cit. (1980), p. 197.

Exatamente porque tanto o sexismo quanto o racismo são baseados em diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação. Há, então, a questão: como esse esquecimento do feminismo pode ser explicado? A resposta, em nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos, são encontradas numa cosmovisão eurocêntrica e neocolonialista da realidade⁹.

A obra de Lélia Gonzalez antecedeu – e convergiu com – as teorias da decolonialidade e da interseccionalidade e, mais do que isso, reinterpretou o Brasil. Há muito mais contribuições de Lélia, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro e muitas outras e, por isso, deixo o convite: leiamos as autoras negras brasileiras!

⁹ GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano (1988). *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018, p. 309.